

TI13631

**AFRICAN UNION**

**الاتحاد الأفريقي**



**UNION AFRICAINE**

**UNIÃO AFRICANA**

---

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone: 517 700 Fax: 5130 36  
website: [www.Africa-union.org](http://www.Africa-union.org)

---

**CONSELHO EXECUTIVO**

**Vigésima Sexta Sessão Ordinária**

**23-27 de Janeiro de 2015**

**Adis Abeba, Etiópia**

**EX.CL/878(XXVI)**

**Original: Inglês**

**RELATÓRIO DA 9ª CONFERÊNCIA DOS MINISTROS AFRICANOS DO  
COMÉRCIO, 1-5 DE DEZEMBRO DE 2014  
ADIS ABEBA, ETIÓPIA**

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

---

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Fax: +251-1-517844

---

**CONFERÊNCIA DA UA DOS MINISTROS DO COMÉRCIO**  
**9ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**01– 05 DEZEMBRO DE 2014**  
**ADIS ABEBA, ETIÓPIA**

**AU/TD/CAMoT-9/RPT.MIN/FINAL**

**Original: Inglês**

**RELATÓRIO FINAL**  
**REUNIÃO DOS MINISTROS DO COMÉRCIO**  
**4 –5 DE DEZEMBRO DE 2014**

## RELATÓRIO DA REUNIÃO DOS MINISTROS DO COMÉRCIO

### **Introdução**

1. A 9ª Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros de Comércio (CAMOT) ao nível de Altos Funcionários realizou-se na Sede da União Africana, em Adis Abeba, Etiópia, de 4 a 5 de Dezembro de 2014. O encontro foi formalmente aberto S. E Sr. Carl Hermann Schlettwein, Ministro do Comércio e Indústria da República da Namíbia.

### **Participação**

2. A reunião contou com a presença dos seguintes Estados-membros: Argélia, Angola, Benin, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Chade, Congo, Comores, Côte d'Ivoire, Egipto, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Quênia, Lesoto, Madagáscar, Mali, Mauritânia, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, República Árabe Saharaui Democrática, Seychelles, África do Sul, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe.

3. Participaram, igualmente, as seguintes Comunidades Económicas Regionais e organizações parceiras: CEN-SAD, COMESA, EAC, CEDEAO, IGAD, SADC, BAD, UNECA, UNCTAD, ARSO, FEWACCI e a União Europeia. A lista de participantes consta do Anexo 1.

### **OS TRABALHOS**

#### **Ponto 1 da Agenda: Cerimónia de Abertura**

4. A cerimónia de abertura foi brindado com discursos proferidos por Sr. Roberto Azevedo, Director-geral da Organização Mundial do Comércio, S.E. Sr. Abdalla Hamdok, Secretário Executivo-adjunto da Comissão das Nações Unidas para África (UNECA), Sra. Arancha Gonzalez, Directora Executiva do Centro do Comércio Internacional, S.E. Sra. Fatima Haram Acyl, Comissária para o Comércio e Indústria da Comissão da União Africana e S.E. Sr. Carl Hermann Schlettwein, Ministro do Comércio e Indústria da República da Namíbia, Presidente da Conferência.

#### *Discurso do Dr. Roberto Azevedo, Director-geral da OMC*

5. Director-geral da Organização Mundial do Comércio, Sr. Roberto Azevedo, reconheceu a enorme publicidade que a África continua a receber nos debates globais relativos a oportunidades de comércio e investimento e um futuro crescimento. Encorajou a África a continuar a aproveitar o seu potencial de uma população jovem e os fundamentos macroeconómicos para a perspectivas de crescimento. Ao referir-se os níveis baixos de comércio intra-africano, o Sr. Azevedo afirmou que o trabalho sobre o impulsionamento do comércio intra-africano e a criação da ZCLC era compatível com a agenda de integração multilateral e irá apoiar a integração mais ampla de África no sistema multilateral de comércio. Ele também instou os países africanos a se empenharem a nível global e multilateral e fazerem ouvir as suas vozes mais alto que nunca na OMC.

6. O Director-Geral recordou que o sucesso alcançado em Genebra sobre a implementação do pacote de Bali, que resultou na Cláusula de Paz continuar vigente e, por isso, reconhecendo a importância da segurança alimentar em África: o novo Mecanismo de Acordo de Facilitação do Comércio, que entrou em vigor em Novembro de 2014, é um dinamizador no campo de assistência técnica aos Estados-membros signatários, incluindo os Países Menos Avançados (PMA), o Grupo Africano e o Estados do Grupo ACP; e o Programa de Trabalho Pós-Bali permite aos membros prosseguirem os seus compromissos sobre as questões pendentes da DDA, incluindo o trabalho sobre a agricultura, algodão e questões dos PMA, dentre outras.

7. Enquanto reafirmava que a OMC está pronta para prestar apoio a África nos seus esforços, ele enfatizou sobre a necessidade de África se concentrar no que é crítico e exequível. A terminar, convidou a todos os países para participarem na 5ª Revisão Global da ajuda ao Comércio, agendada para 30 de Junho a 2 de Julho de 2015, em Genebra, que irá abordar aspectos de impulsionamento do comércio dos países e a extensão do Quadro Integrado Reforçado (EIF), que expirou.

Discurso de S.E. Sr. Abdalla Hamdok, Secretário Executivo Adjunto da UNECA

8. No seu discurso, em nome do Dr. Calos Lopes, Subsecretário Geral das Nações Unidas e Secretário Executivo da Comissão Económica para África (ECA), Dr. Abdalla Hamdok, Secretário Executivo Adjunto, recordou a reunião que a conferência está a decorrer num momento muito importante, com os Estados-membros bastante empenhados numa série de negociações importantes no domínio do comércio multilateral, regional e bilateral. Recordou ainda o contexto mais amplo do diálogo comercial e destacou o desempenho de África na economia global. Ressaltou o imperativo da transformação económica de África, sublinhando que só a transformação estrutural pode traduzir o crescimento económico na geração de emprego e acelerar a redução de pobreza. Ele apelou para a necessidade de garantir que os recursos que foram comprometidos pelos parceiros de desenvolvimento a fim de apoiar as reformas de facilitação do comércio em África sejam providenciados, com efeito, e que as prioridades estratégicas sejam adequadamente tratados, especialmente no que diz respeito aos desequilíbrios e distorções das patentes no mercado agrícola internacional.

9. Em relação aos mega-acordos comerciais regionais, o Dr. Abdalla Hamdok reconheceu que eles podem impulsionar o comércio internacional e o crescimento global e trazer repercussões para África, mas, que também podem levar a alguma erosão das preferências e afectar as regras e normas internacionais. Enquanto se continua a fazer corredores para uma prorrogação suave do processo AGOA, ele recordou que os esquemas preferenciais são apenas um instrumento para aumentar a concorrência das economias africanas e não um fim em si mesmos. No que concerne aos APE, ele sublinhou a necessidade de coordenar a conclusão dos APE em todos os blocos de negociação, a fim de minimizar os obstáculos de integração regional e garantir que as disposições mais favoráveis obtidas por qualquer bloco sejam alargadas aos outros. Apelou também para a utilização do período de transição para sequencial de forma adequada a liberalização com a UE e a agenda de integração regional de África. Destacou ainda que a África deve preservar e aproveitar o espaço político duramente conquistado para prosseguir os seus objectivos de desenvolvimento.

10. Em conclusão, o Dr. Hamdok reconheceu os desenvolvimentos apreciáveis nas CER rumo ao estabelecimento da ZCLC, mas chamou atenção contra a fragmentação do mercado e contra barreiras comerciais. Indicou que a ZCLC é um objectivo estratégico fundamental que se destina não para apoiar a transformação apenas, mas também para melhorar os termos de integração de África na economia global. Instou os Estados-membros para perspectivar a realização para adoptar o conceito "Colocar África em Primeiro Lugar"

Discurso da Sra. Arancha Gonzalez, Directora Executiva do CIC

11. A Directora Executiva do Centro Internacional do Comércio (CIC) recordou a promessa que fez na sua alocução dirigida aos Ministros do Comércio da UA em 2013 de colocar a África nas intervenções do Centro Internacional do Comércio. Ela afirmou que 67% das intervenções do CIC são dirigidas para a África Subsaariana, PAM e pequenos estados insulares em desenvolvimento. Agradeceu ao Ruanda pelo acolhimento, com sucesso, do Fórum Mundial Económico de Desenvolvimento, realizado em Julho de 2014 e elogiou a Zâmbia e as Maurícias por vencerem os Prémios da Organização de Promoção do Comércio (WTPO) em Novembro de 2014. Informou, igualmente, a reunião que o Marrocos irá acolher a próxima sessão da WTPO.

12. A Sra. Gonzalez reafirmou que o CIC irá trabalhar com a CUA, as CER e os Estados-membros na criação da ZCLC, prestando atenção sobre as áreas onde o CIC pode agregar o valor com base no seu plano estratégico (2013-2017). A este respeito, destacou as consultas em curso com a CUA visando operacionalizar o Conselho Africano de Negócios e o Observatório do Comércio como parte da estrutura de governação da ZCLC. Seguidamente fez referência a algumas das seis áreas de intervenção do CIC em África, tais como comércio e inteligência do Mercado, cadeias de valor globais, especialmente no domínio do agroprocessamento e serviços, incluindo o comércio verde, promoção de comércio e investimento pelas Câmaras de Comércio e trabalho sobre as PME, integração regional, particularmente as medidas de facilitação do comércio e interconexão da PME aos mercados internacionais.

13. Ela terminou enfatizando a necessidade de abordar o problema das enormes barreiras tarifárias e não tarifárias em África e realçou a determinação do CIC de passar de compromisso a acção no apoio ao sector privado e às PME como dinamizadores da integração regional em África.

Discurso de S.E. Sra. Fatima Haram Acyl, Comissária para o Comércio e Indústria

14. Em nome de S.E. a Presidente da Comissão da UA, a Sra. Fatima Haram Acyl, Comissária para o Comércio e Indústria, saudou os Ministros, os convidados especiais e todos os participantes à 9ª Sessão Ordinária da Conferência da UA dos Ministros do Comércio. Ela afirmou que, se pretende materializar a sua visão estabelecida na Agenda 2063 de uma África integrada, próspera e pacífica, conduzida pelos próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na arena global, África deve intensificar os seus esforços visando atingir um crescimento económico rápido, inclusivo e capaz de reduzir a pobreza e sustentável.

15. Ela recordou que três anos após a adopção da ZCLC, já era altura de passar do discurso retórico para acção concreta. Lembrou a reunião da responsabilidade conferida à Conferência como principal órgão político da UA com mandato de implementar o processo de integração do mercado africano. Acrescentou que isto inclui garantir que as negociações da ZCLC se iniciem em 2015, conforme previsto no roteiro aprovado pela Cimeira da UA, bem como garantir o rápido estabelecimento dos órgãos na arquitectura da ZCLC. Ela sublinhou a importância de acelerar a integração do mercado de África vis-à-vis os recentes desenvolvimentos em relação ao cenário do mercado, tais como o surgimento de mega ZCLs engendrados pelos grandes actores do mercado mundial.

16. Ela informou a reunião sobre algumas actividades da CUA relacionadas com a implementação do BIAT e da ZCLC, incluindo um programa sobre o Comércio de Serviços, que é fundamental para a modernização e transformação da economia de África e o envolvimento da CUA na concepção e implementação de programas de actividades de facilitação do comércio dos Estados-membros e das CER. A este respeito, ela recordou a organização de reuniões regulares dos Directores das Administrações Aduaneiras em África, que elaboraram e apresentaram várias propostas sobre questões de facilitação tais como, regulamentos e procedimentos aduaneiros simplificados, integridade nas operações de aduaneiras e interconectividade dos sistemas de informação aduaneiros: destinando-se todos estes elementos para a facilitação do comércio, redução de custos da realização de negócios e, conseqüentemente, aumentando a concorrência dos produtos africanos. Manifestou também a expectativa de África de ver a comunidade internacional a prestar assistência técnica e apoio financeiro adequados para a implementação dos programas e actividades de facilitação em África, incluindo os exigidos pelo Acordo de Facilitação do Comércio de Bali da OMC.

17. A Comissária afirmou que a posição dos Chefes de Estado e de Governo é de que a África devia continuar comprometida com sistemas de comércio multilaterais baseadas em regras que atendam as preocupações e interesses dos países africanos. A este respeito, ela recordou que o poder de África nas negociações comerciais que envolve potências reside na unidade e solidariedade e que o continente deve ser estratégico no seu posicionamento e na articulação do que na verdade quer das negociações Pós-Bali. Em relação aos APE, ela declarou que a CUA continuará a monitorar o processo de conclusão, ratificação e implementação dos acordos a fim de garantir que os APE não enfraqueçam o processo de integração regional e continental e retardem o crescimento do comércio intra-africano. Ela informou a reunião que a renovação do AGOA está a receber uma resposta positiva dos EUA, entretanto, a África deve continuar os seus esforços de corredores e de advocacia para a materialização da prorrogação do AGOA o mais breve possível e, assim, evitar perdas de contratos e empregos. Em todas as acções, recordou ela aos Estados-membros, é preciso envolver o sector privado, a sociedade civil, a comunidade académica, os grupos de reflexão e outros intervenientes. Ela terminou agradecendo aos Grupos Africanos e altos funcionários pelos esforços incansáveis e dedicação na implementação agenda de comércio de África.

*Discurso de Abertura de S.E. Sr. Carl Hermann Schlettwein, Presidente da Conferência*

18. No seu discurso, o Presidente da Mesa da CAMOT 9, Sr. Carl-Hermann G. Schlettwein, Ministro do Comércio e Indústria da Namíbia, agradeceu os Estados - membros pelo apoio e confiança depositada nele para liderar a Mesa e saudou o Presidente cessante pela gestão competente das actividades da Conferência.

19. Ele realçou que a África está em alta, referindo-se ao progresso feito rumo ao desenvolvimento económico nos últimos anos. Todavia, indicou que existem desafios para além da Zona de Comércio Livre Continental e Integração Continental em geral que devem ser atendidos. Os desafios principais que a África enfrenta em todos os níveis incluem um enorme sector informal, uma pequena base tributária, com forte dependência nas alfândegas e impostos de rendimento, grandes deficits de infra-estruturas, questão de fragmentação relativas à circulação de pessoas, política de comércio e da indústria e facilitação do comércio. Estas questões têm de ser resolvidas para se poder alcançar a concorrência tanto dentro como fora de África. Ele ressaltou, igualmente, a necessidade de orientar os esforços para industrialização, que é a única forma de atingir o crescimento económico. Realçou que, sem industrialização em África, a luta pelo acesso ao mercado não a levará a grandes progressos e apelou aos Estados-membros para garantirem que a ZCLC inclua um pilar industrial. A necessidade de desenvolver capacidades produtivas e agregação do valor deve ser uma parte importante na agenda de integração económica, a nível regional e continental.

20. Ele terminou recordando os participantes que o transporte e as comunicações são fundamentais para o transporte de mercadorias e de serviços e que deveriam ser dados prioridade no quadro do BIAT/ZCLC. Apelou aos participantes para garantirem que os ganhos económicos do comércio se traduzam na criação de riqueza a fim de resolver a questão do desemprego e promover o crescimento económico inclusivo.

**Ponto 2 da Agenda: Constituição da Mesa**

21. A reunião elegeu a sua Mesa composta da seguinte maneira:

Presidente	-	: Namíbia (África Austral)
1º Vice-Presidente	-	: Sudão (África Oriental)
2º Vice-Presidente	-	: Egípto (África do Norte)
3º Vice-Presidente	-	: Gana (África Ocidental)
Relator	-	: Chade (África Central)

**Ponto 3 da Agenda: Adopção da Agenda e Organização dos Trabalhos**

22. A Conferência apreciou e adoptou a sua a agenda e organização dos trabalhos conforme as emendas feitas.

**Ponto 4 da Agenda: Painel de Discussão sobre as Tendências do Comércio Global e Investimentos**

23. O Painel sobre as Tendências Globais de Comércio e Investimento foi moderado por S.E. Nkopane Monyane, embaixador do Lesoto na Suíça e Coordenador do Grupo Africano sobre questões da OMC. Nas suas observações iniciais ele realçou que o surgimento de Mega acordos Comerciais Regionais traz grandes implicações económicas e geopolíticas para África e, por isso, exige que os países africanos façam progresso para

a criação da ZCLC, aumente a sua concentração na concorrência e mobilizem os países desenvolvidos no sentido de tomarem em consideração a África nas suas negociações de MACR.

24. Os Painelista incluíam S.E. Dr .Ekwow SPIO-GARBRAH, Ministro do Comércio do Gana, Dr. Arancha Gonzalez, Director Executivo do Centro Internacional do Comércio, e Dra. YonovAgah, Directora-geral Adjunta da OMC.

25. S.E. Ministro do Comércio do Gana, Dr. Ekwow SPIO-GARBRAH, chamou o que as principais economias mundiais já há algum tempo planeavam como planeava organizar e liberalizar o comércio e África devia ter este facto em consideração, de outro modo, tem uma grande oportunidade de ser marginalizada. Neste sentido, ele afirmou que o Gana aumentou consideravelmente as suas exportações no seio da África Ocidental, que agora figura-se mais altas do que exportações para Europa. Ele indicou também que não se pode dissociar comércio da industrialização. Para acompanhar o processo, ele ressaltou o grande papel que os bancos e as instituições financeiras têm de desempenhar, bem como o surgimento da internet e das tecnologias de informação e comunicação (TIC)

26. O Dr. Yonov Agah, Director-geral-adjunto da OMC, indicou que o sistema do comércio multilateral sempre existiu em paralelo com os acordos comerciais plurilaterais, tais como MRTA e que a África deve encontrar a melhor forma de tirar proveito do sistema. Ele acrescentou que o comércio não é mais apenas uma questão da fronteira, mas também inclui questões internas tais como a política de concorrência e o investimento. Lamentou o facto de os países africanos não poderem participar eficazmente no processo de MRTA porque não são membros. Por isso, sublinhou que é extremamente urgente do que nunca para que os Estados africanos façam caso do multilateralismo. Aconselhou também os Estados africanos a considerar o impacto do TTIP nas suas relações comerciais com EUA (AGOA) e a UE (APE).

27. A Dra. Arancha Gonzalez, Directora Executiva do Centro Internacional para o Comércio afirmou que a alteração primária no sistema mundial não resulta do surgimento de acordos comerciais multilaterais, mas sim, pelo facto que os principais actores (nomeadamente a UE, os EUA, o Japão, e, recentemente a China) estarem engajados nos acordos entre si. Acrescentou que o abrandamento do comércio mundial resulta do abrandamento do crescimento de cadeia de valores na Ásia Oriental. Nesse sentido, ela acrescentou que essa situação sugere uma potencialidade significativa para África enquanto a principal fonte de cadeia de valor não explorado do mundo. Ela sublinhou ainda que existe uma mudança rumo à uma situação mundial em que as barreiras não tarifárias (BNT) estão a tornar-se em principais barreiras ao comércio, ao invés das tarifas, sublinhou, de igual modo, que existe a necessidade de analisar as BNT no contexto das MRTA. Ela concluiu a sua intervenção, aconselhando os estados africanos no sentido de focalizarem-se nas oportunidades nas áreas de acréscimo de valores, incluindo, as actividades complementares necessárias, tais como o reforço das capacidades, a qualidade, embalagem, identificação da marca, marketing, rotulagem, etc., que impulsionam as pequenas e médias empresas (SME) para o acréscimo de valores.

## **Debate**



28. Durante o debate que se seguiu, os participantes na reunião fizeram as seguintes observações:
- A África deve enfrentar a questão sobre a ZCLC a partir de uma perspectiva estratégica, pragmática e prática;
  - Os Estados-membros devem reforçar a capacidade da UA, na qualidade de um impulsionar essencial para o melhoramento do comércio a nível regional;
  - Notam-se alguns desafios, tais como a redução dos preços dos produtos de base, contudo, existem também oportunidades a nível da classe média crescente e o aumento da procura por parte dos consumidores;
  - Os APE não constituem uma ameaça a integração económica de África ou nem resulta da perda de empregos e de investimento no continente;
  - Integração política deve ser aplicada, em simultâneo, com a integração económica;
  - Existe a necessidade de focalizar-se mais na facilitação da circulação de pessoas a nível do continente com vista a promover o desenvolvimento do sector privado;
  - A contribuição do sector de serviços no Produto Interno Bruto de África (PIB) esta a crescer significativamente e é parte fundamental da agenda de integração;
  - Deve-se aproveitar as potencialidades da integração regional de mercado e do desenvolvimento dos mercados regionais, com maior ênfase na componente implementação;
  - O diálogo a nível nacional deve incluir o sector privado;
  - Os ministros são solicitados no sentido de capacitar e apoiar a Comissão da UA.

### **Recomendações**

- i. Os Estados-membros devem aumentar o apoio prestado à Comissão da UA, a fim de garantir a implementação efectiva da Iniciativa do BIAT/ZCLC;
- ii. Os Estados-membros deve implementar integralmente as ZCL regionais;
- iii. Existe necessidade de colocar maior ênfase no sector privado como o primeiro impulsionador do desenvolvimento da cadeia de valor, contemplando-o nos processos nacionais, regionais de formulação de políticas;
- iv. Os Estados-membros devem concentrar-se no reforço de competências e de capacidades de modo que os países africanos possam aproveitar as oportunidades emergentes nos novos acordos de comércio e de investimentos.

### **Ponto de Agenda 5: Análise do Relatório da Reunião dos Altos Funcionários**

29. O Relatório dos Altos Funcionários foi apresentado pelo Presidente da Reunião dos Altos Funcionários, que concentrou nas recomendações feitas por eles e as submeteram aos Ministros para apreciação.

30. No debate que se seguiu, a Conferência teceu algumas considerações nas seguintes áreas: a necessidade de preparar adequadamente o lançamento das negociações da ZCLC; a priorização da ZCLC antes de se avançar para o estabelecimento da União Aduaneira Continental e da Comunidade Económica Africana; garantir que os interesses dos Países Menos Avançados (PMA) sejam tomados em conta no estabelecimento da ZCLC; a importância de tomar como base o progresso registado aos níveis regionais no estabelecimento da ZCLC; a necessidade de reforçar a capacidade da Comissão da UA para apoiar de forma eficaz o processo das negociações da ZCLC; o apelo para participar activamente na Cimeira Tripartida do Egipto para o lançamento da ZCL Tripartida e a possibilidade de estabelecimento de um Fundo estrutural a de assegurar que o processo de integração beneficie todos os países.

31. A Conferência tomou nota do Relatório em geral e fez as seguintes observações ponto por ponto:

### **Recomendações**

#### **No que diz respeito à implementação das Decisões anteriores da CAMOT**

- i. Que a Matriz deve ser actualizada, incorporando nela os elementos contidos nas decisões dos Chefes de Estado e de Governo e um resumo de todas as recomendações da CAMOT 8 de 2013 e da Conferência Extraordinária de Abril de 2014;
- ii. Que a CUA deve fazer o levantamento do ponto da situação da implementação dos Acordos de Comércio Livre em todas as CER, bem como a Zona de Livre Comércio Tripartida.

#### **Sobre o Relatório Anual da ARSO**

- i. Todos os Estados-membros da UA que não são Membros da ARSO devem envidar esforços para sê-lo até 2017;
- ii. A ARSO e as organizações Pan-Africanas de Normalização devem considerar o ano 2017 como ano Africano de Infra-estruturas de qualidade;
- iii. A CUA e ARSO devem intensificar a sensibilização e mobilização de todos os intervenientes sobre o papel de Infra-estruturas de Qualidade
- iv. A CUA e as Instituições de Qualidade de Infra-estruturas em África devem avaliar a situação de Infra-estruturas de Qualidade em África, e desenvolver um Plano Estratégico sobre Infra-estruturas de Qualidade em África.

#### **Estabelecimento da Zona de Comércio Livre Continental**

- (i) Existe necessidade de intensificar os preparativos para o lançamento das Negociações da ZCLC por vias de:

- (a) A convocação de Reuniões Consultivas Regionais nas regiões onde ainda não se tenham realizado um seminário de validação para fins de análise de todos os relatórios;
  - (b) Elaboração de estudos de avaliação pela UNECA/CUA e as CER que não pertencem a ZCLC sobre a opção que pode facilitar negociações eficientes da ZCLC; Análise comparativa das Regras de Origem de todas as ZCL regionais existentes em África; A CUA e UNECA devem também avaliar os compromissos dos diferentes APE que foram concluídos e as implicações para a ZCLC;
  - (c) A CUA e UNECA devem encomendar um estudo sobre o desenvolvimento Industrial no âmbito da ZCLC e uma análise situacional e comparativa da liberalização pautal nas ZCL regionais;  
Convocação de uma Sessão Dedicada de Altos Funcionários, precedida pela reunião de peritos de comércio, com o objectivo de apreciar todos os preparativos e desenvolver um Roteiro para o lançamento das negociações da ZCLC;
- (ii) A CUA deve conceber uma estratégia de mobilização de recursos com vista a garantir a disponibilização de recursos sustentável para o processo.
  - (iii) A UNECA deve encomendar a realização de estudos sobre o desenho do pilar de industrialização no contexto da ZCLC e do BIAT com base no Programa de Desenvolvimento Industrial Acelerado para África (PIDA).
  - (iv) A CUA e a ARSO devem elaborar um plano de trabalho sobre Infra-estruturas de Qualidade a ser submetido à reunião dos Altos Funcionários;
  - (v) Os arranjos institucionais relacionados com as negociações da ZCLC devem incluir um mecanismo de monitorização e avaliação eficaz. A CUA deve igualmente fazer uma avaliação e desenvolvimento das capacidades dos vários intervenientes, incluindo os negociadores, as CER e o Sector Privado
  - (vi) A UA continuará a fazer os preparativos para o lançamento da ZCLC em meados de Julho de 2015, conforme planificado, ao mesmo tempo que se conclui a ZCL Tripartida e deve trabalhar em torno de outros indicadores referidos no Tratado de Abuja, tais como as Uniões Aduaneiras e o Mercado Comum;
  - (vii) A CUA/UNECA deve fazer uma análise clara do ponto de situação das ZCL regionais ao nível das CER, em ambas as áreas Tripartida e a CER;
  - (viii) A CUA e a UNECA devem elaborar uma Matriz que indique claramente a lista das diferentes áreas a serem abrangidas, os estudos a serem realizadas e os recursos humanos e financeiros necessários para realizar o trabalho;
  - (ix) A CUA e a UNECA devem preparar tudo o que foi acima referido antes da reunião dos Altos Funcionários e distribuírem os documentos pelo menos duas semanas antecipadamente para garantir que os Estados-membros possam realizar consultas nacionais e regionais, bem como para evitar o desafio de falta de documentação e preparação adequada das reuniões, o que torna difícil participar em questões críticas na agenda da CAMOT;

- (x) A CUA deve preparar um Roteiro para o lançamento das Negociações da ZCLC com detalhes específicos sobre os estudos planificados e planos de reuniões. As necessidades em termos de recursos e capacidade da CUA devem também ser destacadas.
- (xi) Uma Reunião Ministerial deve ser organizada antes do lançamento das negociações sobre os ZCLC.

### **Relativamente ao Projecto de Objectivos e Princípios de Negociação para a Zona do Comércio Livre Continental (ZCLC)**

- (i) A CUA deve preparar um Documento de Conceito sobre as modalidades e abordagens das Negociações da ZCLC e uma Programação das Negociações da ZCLC para ser apreciado por uma Sessão Dedicada de Altos Funcionários do Comércio.
- (ii) A Sessão Dedicada aos Altos Funcionários do Comercio é precedida pela Reunião de Peritos do Comércio.

### **Relativamente ao Projecto de Acordos Institucionais para a Negociação da Zona de Comércio Livre Continental (ZCLC)**

- (i) A Reunião adoptou um documento de Acordos Institucionais para as Negociações da Zona de Comércio Livre Continental (ZCLC). Rev. 3, referência TI/TD/IA/Rev. 3 como anexo.

### **Relativamente ao Relatório dos Directores-gerais das Administrações Aduaneiras**

- (i) Que o papel do Comité Técnico sobre as Administrações Aduaneiras (CTC) *vis-à-vis* o Subcomité da União Africana dos Directores-gerais das Administrações Aduaneiras (AUSCDGCs) deve ser objecto de uma avaliação em conformidade com os demais acertos institucionais ao abrigo da arquitectura do ZCLC.
- (ii) Os termos de referência da AUSCDGCs devem ser avaliados com vista a determinar-se que questões devem ser submetidas ao conhecimento dos Ministros do Comércio, tendo em conta que a maior parte das Administrações Aduaneiras dos Estados-membros, respondem perante os Ministérios das Finanças.
- (iii) Existe a necessidade de partilhar as melhores práticas relativamente às questões de Integridade e Éticas a nível das administrações aduaneiras.
- (iv) Recomendou que o próximo Dia de África da Função Pública seja dedicado a Integridade e Éticas a nível das Administrações Aduaneiras.
- (v) Os Estados-membros devem priorizar a interconectividades continental dos serviços aduaneiros com base nos sistemas de desalfandegamento e de informação.

### **Relativamente a Revisão das Negociações Multilaterais do Comércio**

- (a) Estado de situação das Negociações da OMC e vias a seguir**

A reunião adoptou a Declaração sobre as questões relativas à OMC.

**(b) Ponto de situação sobre as Negociações dos APE e o Roteiro**

- i. Existe a necessidade da CUA e UNECA de realizarem uma análise do impacto dos textos do APE em conformidade com a Declaração de Bruxelas com vista a identificar as implicações para a integração económica regional;
- ii. A CUA, em parceria com a UNECA, devem realizar um estudo em torno da mitigação dos impactos negativos e oportunidades de negócio dos APE com vista a apoiar os países das regiões que ainda não concluíram os APE no sentido de serem orientadas relativamente às questões tais como ofertas de mercados, identificar sectores a serem excluídos;
- iii. Os países e as Regiões que fazem Negociação do APE devem partilhar os textos dos APE acordados entre si e com a CUA a fim de melhorar a partilha de informação e coordenar a implementação.

**(c) Relativamente ao Mega Acordos Comerciais e suas implicações para África**

- i. A CUA e a UNECA devem realizar estudos sobre mega acordos comerciais em curso e sua implicações na integração continental de África.

**Relativamente ao Relatório sobre a Extensão de AGOA**

- i. Os países africanos devem criar sinergias para aumentar a capacidade de modo a maximizar os benefícios do AGOA;
- ii. Os Estados-membros da UA devem fazer corredores para a revisão dos critérios de elegibilidade com vista a facilitar a participação de todos os países africanos na AGOA;
- iii. Sua Excelência Sekh'ulumi Ntsoale, Ministro do Comércio e Indústria, Cooperativas e Marketing do Reino do Lesoto foi delegado a representar os Ministros da União Africana do Comércio em consulta com o Grupo de Embaixadores acreditados em Washington no sentido de reunir com a Administração e o Congresso dos EUA em perseguição da prorrogação do AGOA durante a sessão final.

**Ponto de 6 da Agenda: Diversos**

32. Durante essa sessão, a reunião manifestou a sua preocupação a respeito da forma como a 9ª Conferência da CAMOT foi organizada. Os Estados-membros exortaram a Comissão da UA no sentido de preparar devidamente a realização de futuras reuniões, em termos de enviar os documentos atempadamente, acertos logísticos e administrativos. A reunião notou a importância do reforço de capacidades da CUA para desempenhar o trabalho relacionado com as Negociações da ZCLC.

33. A Reunião tomou nota dos assuntos levantados.

**Ponto 7 da Agenda: Adopção do Relatório dos Ministros**

34. A Reunião adoptou o seu Relatório.

**Ponto 8 da Agenda: Encerramento da Reunião**

35. O Presidente da Reunião agradeceu a todos os participantes pela sua participação activa e progressos feitos nos diversos pontos da agenda e encerrou a reunião.

**EX.CL/878 (XXVI)**  
**Anexo 1**

**DECLARAÇÃO DE ADIS ABEBA SOBRE QUESTÕES DA OMC**

## DECLARAÇÃO DE ADIS ABEBA SOBRE QUESTÕES DA OMC

1. **Nós**, os Ministros de Comércio dos Estados Membros da União Africana;
2. Reunidos em Addis Ababa Abeba, nos dias 4 e 5 de Dezembro de 2014, por ocasião da Nona Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros de Comércio, com o objectivo de avaliar o ponto da situação das negociações da OMC na sequência do resultado da 9ª Conferência Ministerial da OMC;
3. **Reconhecendo** o único do mandato da OMC como um dos principais pilares da arquitectura global de governação económica;
4. **Invocando** o preâmbulo do Acordo de Marrakesh que Cria a OMC, que, *inter alia*, entre outras coisas, reconhece: necessidade de esforços positivos destinados a assegurar que os países em desenvolvimento, especialmente os Países Menos Desenvolvidos garantam uma participação no crescimento do comércio internacional, proporcional às suas necessidades económicas e de desenvolvimento e; a centralidade do princípio de desenvolvimento sustentável;
5. **Ressaltando** a primazia da Declaração Ministerial de Doha e do pacote de Julho de 2004 como base para a condução e conclusão das negociações da Ronda Doha, com vista à produção de resultados de desenvolvimento economicamente significativos;
6. **Preocupados** com a falta de compromisso de alguns Membros da OMC de priorizar o trabalho de transformar as decisão não vinculativas dos Países Menos Desenvolvidos e da MC9 em resultados em resultados vinculativos;
7. **Reiterando** a nossa preocupação por uma tendência onde os principais Membros desviam a sua atenção da DDA para proliferação de acordos plurilaterais;
8. **Realçando** a importância e a importância das negociações da Ronda de Doha, bem com a necessidade de concluí-las em conformidade com os mandatos vigentes e os princípios integrantes, em especial os princípios da Único Compromisso, menos que plena reciprocidade e o tratamento especial e diferenciado, sem compromisso de redução dos Países Menos Desenvolvidos;
9. **Ressaltando** a preeminência dos princípios orientadores nas negociações da Ronda de Doha, nomeadamente, a participação Membros de pleno direito, negociações inclusivas e transparentes, negociações de base para topo impulsionadas pelos membros;



10. **Reiterando** a nossa forte determinação de que as negociações sobre Agricultura e NAMA devem ter como base o projecto das modalidades de 2008, tomando em conta as circunstâncias actuais dos Estados Africanos.;

Por este meio,

11. **Reafirmamos** a Declaração de Adis Abeba de 2013 sobre as questões da OMC, juntamente com o resultado das discussões da 23ª Sessão Ordinária da Cimeira da União Africana sobre as questões da OMC;
12. **Instamos** os Membros a reassumir o compromisso para assegurar que a dimensão do desenvolvimento permaneça no centro dos resultados negociados com consequentes efeitos vinculativos tratados com prioridade, nos termos do parágrafo 1.11 da Declaração Ministerial de Bali;
13. **Rejeitamos** veementemente a introdução de novas questões nas negociações da OMC antes da conclusão da Ronda de Doha;
14. **Reafirmamos** a necessidade de identificar as questões principais no programa de trabalho de Pós-Bali que apoiarem e mobilizem esforços no sentido de alcançar a transformação estrutural estratégica da África e da agenda de integração regional;
15. **Reconhecemos** a importância das três decisões tomadas pelo Conselho Geral no dia 27 de Novembro de 2014, que proporcionam uma base para o programa de trabalho em relação às questões pendentes da Ronda de Doha. Afirmamos que este desenvolvimento demonstra que o multilateralismo, com efeito, funciona quando haver um envolvimento total, compreensão mútua, compromisso e vontade de mostrar a flexibilidade demonstrada pelos membros. Por isso, esperamos que estes desenvolvimentos irão galvanizar os membros da OMC no sentido de mostrar liderança através concentração de atenção nas negociações multilaterais, ao invés de seguir iniciativas plurilaterais;
16. **Reconhecemos** a importância das três decisões tomadas pelo Conselho Geral em 27 de Novembro de 2014, que proporcionam a base para o programa de trabalho sobre pacote completo de Bali. Afirmamos que este desenvolvimento demonstra que o multilateralismo na verdade funciona quando há envolvimento completo, compreensão mútua, compromisso e vontade de mostrar flexibilidade demonstrada por todos os membros. Esperamos, portanto, que estes desenvolvimentos venham a galvanizar os principais membros da OMC a mostrar liderança, concentrando-se em negociações multilaterais no lugar de procura de iniciativas multilaterais;
17. Reconhecemos a importância sistémica da conclusão do Acordo de Facilitação do Comércio, continuamos preocupados pelo facto de questões importantes para os

Países Africanos e muitos outros países em desenvolvimento não terem produzido resultados vinculativos de Bali.

## I. Questões Específicas da OMC

### A. Agricultura

18. **Reafirmamos** o nosso apelo para corrigir os desequilíbrios sistemáticos representados dos resultados da Ronda de Uruguai, em particular, o Acordo sobre Agricultura, através do qual as distorções nos mercados globais continuam a minar potencialidade de ganhos económicos de África encapsulados vantagem comparativa em África;
19. **Sublinhamos** que a agricultura continua a ser o cerne da agenda da África na OMC. Enfatizamos, portanto, a urgência para melhorar o acesso ao mercado para apoiar a agregação de valor, criação de emprego e desenvolvimento global do sector da Agricultura em África;
20. **Reafirmamos** a importância da segurança alimentar para os países africanos e reiteramos a necessidade de alcançar a segurança alimentar no continente. Apoiamos os esforços dos Países em Desenvolvimento Importadores Líquidos de Alimentos (NFIDCS) em relação a elaboração de normas da Agricultura na OMC, e, a este respeito, realçamos a necessidade urgente da implementação integral da Decisão do Marrakech sobre NFIDC a fim de oferecer uma melhor segurança alimentar e produtividade agrícola nos NFIDCS e Países Menos Avançados;
21. **Reafirmamos** ainda a necessidade de reforçar as disciplinas da Caixa Verde, a fim de assegurar que as medidas notificadas no âmbito da Caixa Verde se conformem com os critérios básicos, e introduzir os elementos necessários na Caixa Verde, de modo a reflectir as circunstâncias particulares dos países em desenvolvimento membros, e abordar os actuais desequilíbrios no Acordo sobre a Agricultura;
22. **Tomamos** nota da Decisão do Conselho com a referência WT/GC/688 sobre o armazenamento público para fins de segurança alimentar e recordamos a comunicação do Grupo Africano contida no documento TN/AG/GEN/15, que deve orientar as negociações sobre a solução definitiva;
23. **Exortamos** os membros da OMC a respeitar a Declaração Ministerial de Hong Kong e da Decisão Ministerial de Bali no sentido de honrar os seus compromissos para garantir a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação de produtos agrícolas e disciplinas sobre todas as medidas de exportação com efeito equivalente, e dar uma consideração de primeira para priorizar estas questões para o programa de trabalho de Pós-Bali;

## B. Algodão

24. **Reiteramos** que a questão do algodão deve ser uma prioridade nas negociações Pós-Bali, de acordo com o mandato ministerial de Hong Kong e da Decisão Ministerial de Bali, e com base no projecto de modalidades sobre a agricultura revistas no dia 6 de Dezembro de 2008 (TN/AG/W/Rev. 4);

## C. Acesso ao Mercado de Produtos Não Agrícolas

25. **Enfatizamos** que a dimensão do desenvolvimento deve ser central nas negociações de NAMA. As Modalidades de NAMA de 2008 incorporam o princípio de Menos de Plena Reciprocidade e as flexibilidades destinadas aos países em desenvolvimento e aos Países Menos Avançados, o que deve constituir a base para as negociações de NAMA, tomando em consideração as circunstâncias peculiares dos Estados Africanos. O resultado das negociações de NAMA deve apoiar a agenda de África desenvolvimento industrial, diversificação económica e transformação estrutural;

## D. Serviços

26. **Reafirmamos** que o processo de negociação deve permanecer multilateral, totalmente transparente e centrado numa abordagem de base para o topo. As negociações multilaterais não podem substituir um processo multilateral inclusivo;
27. **Enfatizamos** que os resultados da Ronda de Doha em relação a todos os acordos da OMC, actuais e futuros, devem incluir medidas de assistência técnica e financeira e de capacitação sectorial sustentável como parte da SDT;
28. **Enfatizamos** a necessidade de assegurar que a África obtenha benefícios económicos em todos os três pilares de negociação (Agricultura, NAMA e Serviços);

## E. Questões dos Países Menos Avançados

29. **Lembramos** que as questões dos Países Menos Avançados, tais como a Isenção de Direitos Aduaneiros, Acesso ao Mercado Sem Quotas, Regras de Origem Preferenciais e Algodão, são de importância fundamental para a integração destes países no Sistema Multilateral do Comércio; Instamos os membros para priorizar o trabalho sobre estas questões, com vista a traduzi-las numa solução negociada juridicamente vinculativa;
30. **Lembramos ainda** o Pedido Colectivo apresentado pelo Grupo dos Países Menos Avançados no dia 21 de Julho de 2014, nos termos da Decisão sobre a Operacionalização da Renúncia de Serviços dos Países Menos Avançados (Decisão Ministerial de 7 de Dezembro de 2013 (WT/MIN (13)/43, WT/L/918). Esperamos a realização de uma REUNIÃO DE ALTO NÍVEL agendada para meados de Janeiro de 2015, em conformidade com a decisão de renúncia, onde os membros que não

são Países Menos Avançados, que estão em condição de proceder desta forma devem indicar os sectores e modos de fornecimento, que pretendem oferecer tratamento preferencial aos serviços e provedores de serviços dos Países Menos Avançados;

31. **Reconhecemos e saudamos** o Quadro Integrado Reforçado (FEI) como um importante veículo para a prestação de ajuda ao comércio e como um instrumento de desenvolvimento da capacidade comercial nos Países Menos Avançados. Congratulamo-nos com o relatório de Avaliação Global, que reafirmou a importância do Quadro Integrado Reforçado. Por isso, apelamos que seja tomada uma decisão em tempo útil sobre a extensão do FEI para além do seu mandato de 2015. Para esse fim, apelamos a todos os nossos parceiros de desenvolvimento para continuarem a honrar os seus compromissos com o objectivo de superar a actual lacuna de financiamento visando garantir uma transição suave para a próxima fase, e a fim de manter o ritmo actual. Apelamos ainda que esforços especiais a serem feitos na Fase pós-2015 e a EIF para harmonizar os seus esforços com as iniciativas de integração regional no continente;

#### **F. Acordo de Facilitação ao Comércio**

32. 31. **SSaudamos** a criação do Mecanismo do Acordo de Facilitação de Comércio (TFAF) como uma ferramenta que visa a prestar assistência e apoio no reforço de capacidades na implementação do Acordo de Facilitação de Comércio. Apelamos pela expansão do âmbito (TFAF) com vista a incluir os projectos de infra-estruturas materiais e imateriais a facilitar a implementação integral do Acordo;
33. **Reconhecemos** que a facilitação do comércio não está limitada às medidas fronteiriças tendentes a acelerar a autorização de saída e o desalfandegamento das mercadorias, mas requer também o desenvolvimento de infra-estruturas necessárias para facilitar a circulação e transporte de mercadorias com vista a aumentar o comércio intra-regional;
34. **Preocupados** que sem o apoio financeiro e técnico necessário seria difícil implementar as diversas medidas no contexto do Acordo de Facilitação do Comércio tendo em conta os constrangimento em termos de recursos orçamentais em vários países africanos. Notando que os países africanos e PMAs devem realizar a maior parte das reformas com vista à implementação do Acordo, contudo, muitos países não possuem o esclarecimento necessário a respeito da disponibilização e adequação do apoio que precisam para satisfazer as obrigações onerosas relativas ao Acordo. Exortamos aos parceiros de desenvolvimento no sentido de cumprirem com as suas obrigações e promessas de disponibilizar o apoio e assistência necessários para o reforço de capacidades.

35. **Sublinhamos** a importância da inclusão do parágrafo 47 da Declaração Ministerial de Doha no preâmbulo da Decisão do Conselho Geral relativo a Facilitação do Comércio conforme está contido no documento WT/PCTF/W/28, como base para avaliar o equilíbrio global enquanto concebemos um Programa de Trabalho Pós-Bali, no contexto das negociações de desenvolvimento de Doha.

#### G. TRIPS

36. **Exortamos os Membros da OMC** no sentido de emendar o Acordo TRIPS com vista a incluir o requisito obrigatório aos requerentes de patentes e revelar a origem do material biológico e conhecimento tradicional usados nas suas invenções, o comprovativo de consentimento informado prévio, os acordos de partilha de benefícios com o país de origem e as comunidades relevantes, com o intuito de estabelecer um relacionamento de reforço mútuo entre o Acordo TRIPS e a Convenção de Diversidade biológica na implementação das obrigações ao abrigo de ambos acordos. Portanto, apelamos pela intensificação do trabalho em torno dessa matéria, incluindo a protecção efectiva do conhecimento tradicional como propriedade intelectual

#### H. Estatuto dos Observadores da União Africana junto da OMC

37. **Mandatamos** a CUA no sentido de renovar a sua candidatura para o posto de Director-Geral da OMC incluindo os seus órgãos relevantes. Solicitar a concessão de um estatuto de Observador Permanente à União Africana junto a todos os órgãos da OMC.
38. Apelamos a todos os Membros da OMC no sentido de apoiarem os esforços da União Africana com vista a assegurar o estatuto permanente de observador junto da OMC.

#### I. Resolução de Litígios

39. **Recordamos** as propostas do Grupo Africano sobre a reforma do DSU e exortamos os membros no sentido de garantir que qualquer reforma facilite a participação dos países africanos na resolução no sistema de litígios, que permita diminuir as dificuldades enfrentadas pelos países africanos no uso do sistema.

#### J. Questões de Desenvolvimento

40. **Reiteramos** que os resultados da Declaração da Doha devem incorporar a assistência técnica suficiente, exigir assistência técnica e financeira, e o reforço de capacidades sustentável como parte integral do Tratamento Especial e Diferenciado ao abrigo de todos os Acordos da OMC;

41. **Reafirmamos** a centralidade e a importância do Tratamento Especial e Diferenciado (S&D), incluindo as disposições relevantes contidas no Acordo da OMC, exortamos aos Membros da OMC, nos termos do parágrafo 44 da Declaração Ministerial de Doha, no sentido de analisar todas as disposições de S&D no sentido de reforçá-los e torná-los mais precisos, eficazes e funcionais. Atribuímos, igualmente, importância elevada a conclusão célere do programa de trabalho do S&D consagrado no parágrafo 12.1 da Decisão sobre questões Relacionadas com a Implementação e as preocupações endossadas no parágrafo 44 da declaração Ministerial.

#### K. Ajuda ao Comércio

42. **Acolhemos com satisfação** a realização da 5<sup>a</sup> Revisão Mundial de Ajuda para o Comércio sob os auspícios da OMC e realçamos a importância do seu tema "Redução do Custo da Realização de Comércio para o Crescimento Inclusivo e Sustentável" dentro do contexto da facilitação do comércio intra-africano.
43. **Reiteramos** o nosso forte apelo para a mobilização de novos recursos, adicionais, eficazes, sustentáveis e previsíveis, necessários para a execução efectiva e eficaz das prioridades relacionadas com o comércio dos países africanos numa aposta para resolver as limitações infra-estruturais e de oferta;

#### L. Adesão

44. **Reafirmamos** a nossa total solidariedade com todos os países africanos no processo de adesão à OMC e instamos os Membros da OMC a adoptar medidas e decisões destinadas a simplificar os procedimentos de adesão e melhorar os mecanismos institucionais existentes, incluindo a definição de regras transparentes de implementação das disposições do Artigo XII do Acordo de Marrakesh que cria a OMC;
45. **Realçamos** a necessidade de implementar integralmente todos os aspectos da Decisão do Conselho Geral de 25 de Julho de 2012, sobre a Adesão dos Países Menos Avançados com vista a reforçar, racionalizar e operacionalizar as Orientações de Adesão dos PMAs, de 2002, por todos os Membros da OMC, com a devida consideração às circunstâncias específicas e dos objectivos de desenvolvimento da adesão dos PMAs;
46. **Exortamos** aos Membros da OMC, o seu Secretariado e organizações internacionais competentes para prestar assistência técnica e capacitação necessárias para os países que aderentes, antes e durante, e no processo posterior à adesão, de acordo com as suas necessidades e prioridades de desenvolvimento;

#### II. Apoio ao Grupo Africano

47. **Cientes** de que as negociações da Ronda de Doha irão intensificar-se no contexto do programa de trabalho de Pós-Bali, e conscientes ainda das limitações em termos de capacidade de ambas as Missões Africanas e da Delegação da União Africana

em Genebra, exortamos os parceiros de desenvolvimento para apoiarem tecnicamente a participação do Grupo Africano nas negociações da Ronda de Doha tanto através da União Africana como da UNECA;

### III. Outros Acontecimentos

48. **Tomamos nota** com satisfação dos resultados da Segunda Conferência das Nações Unidas sobre os Países em Desenvolvimento sem Litoral, realizada em Viena, Áustria, de 3 - 5 de Novembro de 2014, e saudamos o ambicioso Plano de Acção Decenal com vista a acelerar o desenvolvimento sustentável nos Países em Desenvolvimento Sem Litoral as seis prioridades claramente definidas que visam desencadear transformação estrutural das economias e desenvolvimento de infra-estruturas destes países;
49. **Tomamos nota ainda** dos resultados da 3ª Conferência Internacional sobre os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, realizada em Samoa, de 1 - 4 de Setembro de 2014, e apelamos para que sejam feitos progressos na implementação do programa de trabalho sobre as pequenas economias na OMC, tomando em consideração as disposições de tratamento especial e diferenciado existentes. Enfatizamos na necessidade de apoiar a integração dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento nos mercados regionais e globais;

### IV. Agenda Pós-2015

50. **Saudamos** os esforços da ONU visando apresentar a agenda de desenvolvimento pós-2015 e incentivamos um maior foco sobre o papel do comércio na promoção do crescimento socioeconómico inclusivo e como um "facilitador" de desenvolvimento com as suas principais componentes, tais como a erradicação da pobreza, a criação do emprego, o desenvolvimento de infra-estruturas e a conservação do meio ambiente;

### V. Local para a realização da 10ª Conferência Ministerial da OMC

51. **Saudamos e apoiamos totalmente** a aposta do Governo do Quénia de acolher a 10ª Conferência Ministerial da OMC em Nairobi, em Dezembro de 2015. Saudamos a retirada da Turquia a favor do Quénia. Apelamos a todos os membros para endossar a candidatura do Quénia para acolher a 10ª Conferência Ministerial, observando que esta seria a primeira vez que a Conferência Ministerial da OMC se realiza em África.

**EX.CL/878 (XXVI)**  
**Anexo 2**

**DECLARAÇÃO DE ADIS ABEBA SOBRE O ACTO DE CRESCIMENTO E  
OPORTUNIDADE (AGOA)**



**DECLARAÇÃO DE ADIS ABEBA SOBRE O ACTO DE CRESCIMENTO E OPORTUNIDADE (AGOA)**

**Nós**, os Ministros do Comércio dos Estados Membros da União Africana (UA), reunidos em Adis Abeba, Etiópia, de 4-5 de Dezembro de 2014, por ocasião da Nona Sessão Ordinária da Conferência da UA dos Ministros do Comércio;

**Tomando nota** de que a AGOA está planificada para expirar em 30 de Setembro de 2015;

**Preocupados** pelo facto de que a janela para uma prorrogação harmoniosa da AGOA em finais de 2014;

**Preocupados ainda** pelo facto de que os actuais estudos encomendados pelo Congresso sobre o melhoramento da AGOA irá potencialmente atrasar a prorrogação da extensão da AGOA;

**Realçando** a importância estratégica da AGOA, em particular como um instrumento político para o reforço e melhoramento as relações comerciais e económicas África-EUA, e não só, como instrumento de apoio da transformação económica de África w aprofundamento da integração regional;

**Recordando** as conclusõesconclusões da Cimeira EUA-Líderes Africanos e do Fórum AGOA realizado em Agosto de 2014, que apelou para uma prorrogação suave da GOA com uma Disposição de Têxteis de Terceiro País idêntica e mais compromisso mara fazer regras de origem mais flexíveis;

**Por este meio,**

1. **Reafirmamos** a nossa Declaração de Adis Abeba sobre o Acto de Crescimento e Oportunidade da 8<sup>a</sup> Sessão Ordinária;
2. **Apelamos** ao Congresso dos EUA para renovar a AGOA até finais de Dezembro de 2014 a fim de permitir o alcance dos objectivos da prorrogação suave do Acto;
3. **Apelarmos** ainda ao Congresso dos EUA para considerar a prorrogação do AGOA por um período inferior a 15 anos, com a disposição de terceiro país consubstanciais com a duração da legislação do AGOA.
4. **Enfatizamos** a necessidade de assegurar critérios de elegibilidade menos complexos para facilitar a participação de todos os países africanos;
5. **Instamos** os EUA a considerar cuidadosamente o possível efeito de erosão de preferências como resultado das negociações da ZCL, que anulará os objectivos do AGOA;

6. **Ressaltamos** que as questões não comerciais não devem fazer parte do AGOA prorrogado;
7. **Confirmamos** o compromisso de África de aproveitar as oportunidade no âmbito do AGOA e realizar os objectivos preconizados nele.

**Feita em Adis Abeba, 5 de Dezembro de 2014**

EX.CL/878 (XXVI)  
Anexo 3

**ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA A NEGOCIAÇÃO DA ZONA  
CONTINENTAL DE COMÉRCIO LIVRE (ZCCL). REV. 3**

TI13273

**AFRICAN UNION**



**الاتحاد الأفريقي**

**UNION AFRICAINE**

**UNIÃO AFRICANA**

---

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone: 011-551 7700 Fax: 011-551 7844  
website: [www.africa-union.org](http://www.africa-union.org)

---

**Ref: TI/TD/IA/Rev3**

**ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA A NEGOCIAÇÃO DA ZONA  
CONTINENTAL DE COMÉRCIO LIVRE (ZCCL). REV. 3**

## Arranjos Institucionais para a Negociação do Zona de Comércio Livre Continental (ZCLC)

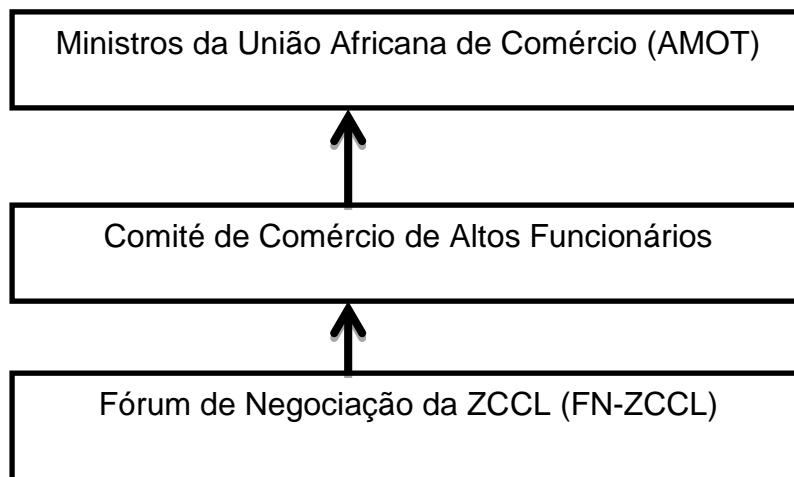
1. A 18ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, que foi realizada em Janeiro de 2012, em Adis Abeba, na Etiópia, sob o tema "Impulsão do Comércio Intra-Africano" tomou decisões importantes destinadas a melhorar a integração comercial em África. A Conferência, através da Decisão (Assembly/AU/Dec.394 (XVIII)) e da Declaração (Assembly/AU/Decl.1 (XVIII)) aprovou o Plano de Acção para Impulsão do Comércio Intra-Africano e concordou com um roteiro para o estabelecimento de uma Zona de Comércio Livre Continental (ZCLC) até uma data indicativa de 2017.

### Quadro institucional para as negociações

2. A negociação para a ZCLC deve ser realizada no contexto dos seguintes arranjos institucionais;

- I. Ministros da União Africana do Comércio (AMOT)
- II. Comité de Comércio dos Altos Funcionários
- III. Fórum de Negociação da ZCLC (FN-ZCLC)

3. A Arquitectura para as Negociações da ZCLC é a seguinte,



### Composição e responsabilidades das instituições

#### **Ministros da União Africana de Comércio (AMOT)**

4. Para as funções de dia-a-dia das negociações, foram adoptadas as seguintes estruturas:

5. Os Ministros da UA de Comércio (AMOT) serão responsáveis pela liderança e orientação política para as negociações da ZCLC, bem como na resolução das questões controversas que possam surgir nas negociações. AMOT é composto por

Ministros responsáveis pelo Comércio dos Estados Membros da UA. AMOT receberá relatórios do Comité dos Altos Funcionários do Comércio e por sua vez elaborará o relatório para a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, através dos processos normais das Reuniões dos Órgãos Políticos da UA. Os Ministros de Comércio poderão convidar outros Ministros sectoriais para as suas reuniões, dependendo da natureza do assunto a ser tratado.

### **Comitédos Altos Funcionários do Comércio**

6. O Comité dos Altos Funcionários de Comércio é composto por Secretários Permanentes e Directores Gerais ou de funcionários de nível equivalente nos Ministérios do Comércio dos Estados Membros da UA. O Comité de Altos Funcionários do Comércio deve receber Relatórios do Fórum de Negociação da Zona de Comércio Livre Continental e irá orientar ao FN-ZCLC em assuntos técnicos das negociações. Os Altos Funcionários irão abordar as questões pendentes nas negociações.

### **Fórum de Negociação da ZCLC (FN-ZCLC)**

7. O Fórum de Negociação da Zona de Comércio Livre Continental (FN-ZCLC) é composto por Funcionários dos Estados Membros da UA. O (FN-ZCLC) deve dirigir as negociações comerciais e apresentará um relatório ao Comité dos Altos Funcionários do Comércio sobre as suas actividades de negociação. As responsabilidades do FN-ZCLC estão plasmados num documento intitulado Termos de Referências para o FN-ZCLC.

### **Comissão da União Africana (CUA)**

8. A CUA irá proporcionar e coordenar o apoio técnico e administrativo para as negociações da ZCLC; irá igualmente servir como o Secretariado do Fórum da Negociação da ZCLC. A Comissão deve elaborar documentos de referência e os textos para a consideração do Fórum de Negociação da ZCLC. A CUA deve colaborar em estreita ligação com as CERs, a ECA e o BAD, na realização desta responsabilidade e deve coordenar as actividades de todas as instituições envolvidas nas negociações.

### **Força de Trabalho Continental (FTC) sobre a ZCLC**

9. AFTC é composta pelo Comissário da UA para o Comércio e os Chefes Executivos das CERs. As responsabilidades da FTC estão expostos num documento intitulado Termos de Referência da Force de Trabalho Continental em anexo.

### **Monitorização e Avaliação das negociações**

10. O HATC será responsável por monitorizar o progresso em Negociações da ZCLC. Deve garantir o cumprimento dos prazos previstos no Roteiro da ZCLC. O progresso nas negociações será monitorizado através de relatórios semestrais por parte do Presidente da AMOT a serem submetidos através do processo normal dos órgão políticos da UA.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

---

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

---

2015

# Report of the 9th AU conference of ministers of trade Addis Ababa, Ethiopia, 1 – 5 December 2014

African Union

African Union

---

<http://archives.au.int/handle/123456789/4657>

*Downloaded from African Union Common Repository*